



30 de Agosto

Fevereiro de 2013

Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR | www.appsindicato.org.br

FUNCIONÁRIOS(AS)

Somos Educadores(as),
TEMOS DIREITOS!

APP SINDICATO
Em defesa da escola pública
CUT CPE

Quais são nossos direitos?

Uma boa e atraente carreira;

Concurso público para todas as vagas;

Um vencimento que proporcione uma boa qualidade de vida;

Acesso à formação técnica de nível médio a todos;

Abertura de curso específico de nível superior e pós-graduação aos funcionários da educação;

Incorporação do auxílio-transporte com igualdade nos vencimentos considerando a mesma formação entre professores e funcionários;

Reconhecimento do PSPN como parâmetro de reajuste das tabelas;

Aprovação do PSPN e de lei que defina o reajuste com ganhos reais.

Por que somos educadores?

Porque assumimos este conceito e superamos uma sina de meros burocratas, passando a atuar de maneira ativa no processo educativo. Porque somos reconhecidos por lei como profissionais da educação e somos formados.

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO 2013

A CONQUISTA É MAIOR QUANDO LUTAMOS JUNTOS!

33% de Hora-atividade já!

CONCURSOS PÚBLICOS

PLANO de CARREIRA para Professores e Funcionários

PISO NACIONAL

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

DATA BASE

40 ANOS

PDE

Auxílio transporte

EQUIPAMENTOS em sala

APP SINDICATO
Em defesa da escola pública
CUT CPE

SINDICALIZE-SE

App Sindicato @appsindicato www.appsindicato.org.br

Adequações no plano são frutos da luta da categoria

Governo quis na última hora colocar entraves ao reconhecimento da escolaridade, mas mobilização fez Seed recuar

A necessidade de avançar mais é inquestionável. O que foi alcançado não anula o que ainda pode ser obtido. Neste sentido, a APP defende diversos itens nas negociações com o governo, em especial na 'Comissão de Estudos para a Adequação dos Planos de Carreiras dos Professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério (QPM) e dos Funcionários pertencentes ao Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB)'.

Com relação à alteração do Plano, a minuta já foi exaustivamente debatida e concluída. Após estar suficientemente negociado, o governo surpreendeu a categoria, ao retirar do texto um dos pontos centrais das demandas, o reconhecimento da escolaridade (graduação para o agente I e pós-graduação para o agente II) para fins de avanço na carreira. A súbita mudança do governo foi um dos deflagradores do movimento grevista previsto para março. Após perceber a reação dos educadores, o governo voltou atrás e disse que enviará o projeto à Assembleia Legislativa nos termos acordados, ao longo dos nove meses de discussões.

"Insistimos muito na tentativa de superar os impasses, a exemplo da utilização do título de nível médio no QPPE e tempo de Paraná Educação para efeito de quinquênio", explica José Valdivino de Moraes, secretário estadual de Funcionários da APP.

Leia, a seguir, as mudanças no Plano do QFEB que estão contempladas no projeto de lei:

:: Recesso de final de ano – Ao término de cada ano, o sindicato busca junto ao governo um entendimento para garantir que os funcionários da educação tenham direito ao recesso que já é garantido aos professores. A alteração da Lei 123/2008 assegura este direito, deixando de ser uma concessão do governador, como tem ocorrido por vários anos.

:: Remoção – Temos de garantir como direito o concurso de remoção para os funcionários, que deixa desta forma de ser uma concessão, um favor. Hoje, para isto ocorrer, há a necessidade de uma declaração da direção da origem e outra declaração da direção do colégio

de destino. Com a aprovação do projeto, haverá a definição de critérios universais para realização da remoção. O governo já se pronunciou que fará um concurso já no primeiro semestre deste ano, com efetivação no novo local de trabalho no início das aulas do segundo semestre.

:: Avanços na Carreira - Aprovadas as emendas relativas à promoção por título de graduação para o Agente Educacional I, e especialização para o Educacional II, os critérios de promoção e progressão permitirão avanços adicionais. Assim, o funcionário agente I, que já avançava sete classes com o nível médio e mais seis classes com o Profuncionário, com estas emendas avançará mais cinco classes com o título de nível superior, significando um acréscimo de 19% na carreira.

O agente educacional II, que já avançava seis classes com o Profuncionário e cinco classes com o superior, agora avançará mais sete classes pelo título de especialização, significando um acréscimo de 26,6% nos rendimentos. Segundo Valdivino, a graduação e a especialização são mais do que uma conquista corporativa ou individual. "Ela representa a efetivação do conceito de educadores, já que para educar é necessário ter conhecimento, sobretudo pedagógico. Por outro lado, ganha a sociedade, que terá suas crianças e adolescentes atendidos por profissionais em todos os espaços da escola", disse o secretário.

:: Novo dispositivo para progressão - Com

estas emendas, a progressão passa a ser numa carga horária de 120 ho-

ras, computando 100% da carga horária da Semana Pedagógica. Assim, o funcionário avançará duas classes pelo critério de qualificação e mais uma classe por avaliação de desempenho. Além disto, em agosto deste ano, para compensar o reajuste com ganhos reais, será aprovado nas emendas o avanço de uma classe para todos os funcionários da carreira, o que significará um incremento de 3,8%. A APP luta para antecipar este índice.

:: Regulamentação das atribuições - Algumas funções na Lei 123/2008 não tiveram suas atribuições descritas, gerando dúvidas a alguns chefes imediatos.

Desta forma, nas emendas serão descritas as atribuições dos antigos auxiliares administrativos que atuam nas secretarias e bibliotecas das escolas; haverá ainda regulamentação do pagamento da gratificação de secretário, das atribuições dos atuantes nos laboratórios (concurados como assistente administrativo) e dos que atuam nos colégios agrícolas.



Pauta prioritária inclui novo critério de reajuste salarial

Em nível nacional, avançamos no caminho da valorização da nossa atividade por meio do reconhecimento legal da profissão, da aprovação da norma do Artigo 206 da Constituição e da alteração da LDB para nos incluir como profissionais da educação; outra conquista foi a oferta dos cursos do Profucionário, porém há desafios, como a necessidade de aprovação do Plano Nacional da Educação que, em sua meta 18, imporá o dever de Estados e municípios terem plano de carreira.

Diante desta importante conquista, que é a nossa caracterização legal como educadores, precisamos ampliar a luta em uma nova frente, agora por um novo parâmetro de reajuste da tabela, a fim de que voltemos a ter ganhos reais de salários. Em 2012, buscamos o mesmo reajuste dado ao salário mínimo – uma iniciativa que tem um apelo político, mas sem sustentação jurídica. Ainda por nossa luta, obtivemos o avanço geral de uma classe, que vai significar mais 3,8% no vencimento de agosto. Seria necessário, contudo, um novo e definitivo critério para obtermos ganhos reais.

Assim, o melhor parâmetro para reajustar as tabelas dos funcionários passa a ser a implementação pelo Estado do Paraná do valor do Piso Salarial Profissional Nacional (hoje restrito aos professores) na classe alcançada com o título do Profucionário, com efeito sobre todo o restante da tabela. Com isso, se consolida uma política definitiva de reajuste e é construída uma verdadeira unidade na conquista e na luta entre professores e funcionários. Chegaremos ao momento de lutar pelos mesmos índices de reajustes, consolidando políticas definitivas superando a transitoriedade que ainda vivemos nas carreiras.

Profissionalização – A luta pela profissionalização deve ser feita por todos para que o nosso projeto se efetive. Precisamos para isso de 100% dos funcionários profissionalizados e concursados nas redes estadual e municipais, contudo isto ainda não esgota a demanda por profissionalização. Ainda precisamos avançar na oferta de cursos específicos de nível superior e pós-graduação com currículo para preparar funcionários para atuar em suas funções específicas e ampliar sua visão pedagógica.

No processo histórico, não se exigiam dos funcionários conhecimentos específicos e escolaridade no desempenho de suas tarefas, contudo estamos invertendo o conceito de atividades meramente burocráticas ou de simples atividades-meios,

rumo ao efetivo papel de educador do funcionário da educação. Neste sentido, contamos com a ampliação da oferta de vagas no Profucionário pelo Instituto Federal do Paraná (IFPr), as quais devem ser oferecidas também para a rede municipal. “Precisamos continuar garantindo a oferta de vagas do Profucionário pelo convênio entre MEC e Seed, que atenderia melhor a demanda da rede estadual”, disse o secretário estadual de Funcionários da APP, José Valdivino de Moraes.

Vale-transporte – Uma das conquistas da greve em 2000 foi a implantação do vale-transporte, contudo limitado aos funcionários que trabalhavam em escolas longe de suas residências, somente nos centros urbanos dotados de transporte coletivo e reduzido a dois vales-transporte ao dia. Na aprovação do plano de carreira, conseguimos fazer com que o pagamento fosse feito em dinheiro, aumentando o valor para o equivalente a quatro vales ao dia e estendendo o benefício a todos que estão na carreira.

Ocorre que foi o limite a que chegamos naquele momento de negociação, o que, de toda forma, acabou por gerar uma diferença entre o nosso benefício e o auxílio-transporte dos professores. Como já há uma definição de lutar pela incorporação na tabela dos professores, é importante avançar na discussão de incorporação também na tabela dos funcionários, produzindo um equilíbrio nos vencimentos considerando a mesma formação, com igualdade e justiça com os aposentados e com os que irão se aposentar. Além do mais, continuamos a luta para que o auxílio transporte seja estendido a todos os funcionários da ativa.

Concurso público – A realização de um concurso público amplo, que supra os quadros dos servidores da Educação, precisa ser colocada como prioridade na luta. Para os governos é cômodo continuar com contratos temporários precários pagando menos. Na defesa de nossa carreira, é preciso união para melhorá-la cada vez mais. Houve período que a política era ir mingando os estatutários com carreira, a ponto de chegar a apenas a 4.800. Graças à luta da categoria por concurso, num período de 20 anos, hoje somos mais de 20 mil. Se o governo nos divide, nós temos que nos juntar, unir, aproximar, pois professores e funcionários juntos são mais fortes.

Aprovação do PNE – Todas as metas do PNE são importantes, porém para

os funcionários da educação destaca-se a meta 18, que prevê que em dois anos a contar da sua aprovação será instituído plano de carreira a todos os profissionais da educação, conforme o parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal, levando em consideração para a remuneração a lei federal vigente – no caso, o parâmetro do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do Magistério.

Este dispositivo cria melhores condições de trabalho nos Estados e municípios que ainda mantém os funcionários da educação em quadros gerais e pagam baixíssimos salários.

No Senado foi apresentada emenda que garante que 90% dos professores e 60% dos funcionários sejam contratados de forma efetiva, o que dá armas para a luta contra as terceirizações que avançam em Estados e municípios.

Novos recursos – A lei aprovada sobre a distribuição dos royalties do pré-sal não vinculou nenhuma parcela destes novos recursos para a educação. O governo federal já se pronunciou e enviou medida provisória prevendo 100% dos royalties do fundo social do pré-sal dos futuros contratos para a educação. Precisamos abordar os deputados e exigir que votem a favor da educação e assim teremos um futuro promissor para a valorização da educação e educadores.

Fundeb e PSPN – Tanto o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) como o PSPN foram aprovados de forma transitória, com vigência até 31 de dezembro de 2020. Assim, devemos avançar na discussão dos pontos a serem emendados no momento da reedição destas leis.

No caso do fundo, devemos criar uma subvinculação para pagamento de salários para os funcionários, já que a lei vigente subvincula apenas 60% para salários dos professores. Este percentual garantido aos docentes deve ser usado para pagamento de professores que atuem como efetivos, evitando a terceirização. É necessário garantir este dispositivo também aos funcionários para superar os processos de terceirizações hoje existentes.

Já o PSPN, além de transitório, é destinado somente aos professores. Por isso precisamos avançar na mobilização nacional para que até 2020 tenhamos condições de regulamentar de forma definitiva o PSPN para todos os profissionais da educação - incluindo funcionários profissionalizados.

Campanhas, atos e atividades retratam trajetória de luta dos(as) funcionários(as)

A luta dos(as) funcionários(as) da educação no Paraná é antiga. Um dos momentos importantes da sua organização foi a unificação, em 1998, do Sinte-PR e a APP-Sindicato. Vamos rememorar um pouco desta trajetória.

1996

SOU FUNCIONÁRIO EU TAMBÉM EDUCO!



Produzida em 1996, na busca de uma afirmação do segmento dos funcionários, que vivia o período dos baixos salários, terceirização e nenhuma perspectiva de carreira. Esta campanha ganhou dimensão nacional e se transformou em uma nova concepção a respeito do trabalho dos funcionários, impulsionando a profissionalização, o reconhecimento e a carreira.

2000

CAMPANHA DO PRATO VAZIO

Lançada em 2000, tendo como objetivo alertar o governo para sobre a situação de miséria a qual os(as) funcionários(as) da educação eram submetidos (pois recebiam um vencimento inferior ao salário mínimo que na época era desvalorizado) e, ao mesmo tempo, criar uma sensibilidade pela sociedade na busca da valorização deste segmento.



2004

ENCONTRO ESTADUAL DE FUNCIONÁRIOS



Em abril de 2004, com a necessidade de demonstrar organização e força, além de dar visibilidade à luta dos funcionários, a APP realizou um encontro com mais de duas mil pessoas. O encontro contou com a presença de Francisco das Chagas (MEC) e Carlos Abicalil, na época representante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Foi um momento marcante na história, que ajudou na conquista da carreira, além de qualificar o Paraná como um dos Estados a iniciar o ProFuncionário.

CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO E CARREIRA



Esta campanha foi construída em um momento em que era necessário fortalecer a luta e convencer o governo pela aprovação do Plano de Carreira dos Funcionários. Outras demandas da época eram a efetivação da profissionalização e a realização de concurso público, lembrando que, naquele momento, só existiam cerca de 4.800 funcionários estatutários.

2005

MARCHA DE PONTA GROSSA A CURITIBA PELO PLANO DE CARREIRA

Foram seis dias de caminhada, com uma grande repercussão na mídia e um grande sofrimento para aqueles que enfrentaram o desafio. Mas valeu a pena: no ano de 2008, graças a este e outras lutas da categoria, o Plano de Carreira (Lei Complementar 123/08) foi aprovado.

2007

FORMATURA DO PRÓFUNCIONÁRIO

No dia 19 de dezembro de 2007, as 38 turmas organizadas pelo Departamento de Educação e Trabalho da Secretaria de Estado da Educação (Seed) optaram por uma formatura coletiva no Centro Cultural de Curitiba. A cerimônia contou com a presença do secretário de Educação na época, Mauricio Requião, e a presença do então governador Roberto Requião.

2012

CAMPANHA 'QUEM NÃO TEM CARREIRA NÃO TEM FUTURO!'

O material foi um esforço para dialogar com os jovens que ingressaram na carreira e se distanciaram (ou nunca se aproximaram) da luta sindical. Dona Emília, a personagem, aos 79 anos de idade, é uma adorável senhora com 44 anos de trabalho na educação que recebe R\$ 600,00 de aposentadoria pelo INSS. A ideia foi levar os jovens a olhar para a situação de servidores como dona Emília e lutar para não estar no mesmo patamar de carreira, fazendo para isto a luta para garantir o futuro.



EXPEDIENTE



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE

Av. Iguazu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br

• **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Luiz Carlos Paixão da Rocha • **Jornalistas:** Adir Nasser Junior (3819-PR), Uanilla Piveta (8071-PR) e Valnísia Manguiera (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 20 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública (2011-2014)

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretária Geral • Isabel Catarina Zöllner - Secretária de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretária de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretária de Organização • Janeslei Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência.



@appsindicato



App Sindicato



APPSINDICATO